

coleção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME I: A-E



FICHA TÉCNICA

Título Dicionário de História da 1.ª República e do Republicanismo, Volume I – A-F

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)
Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)
David Louro de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)
Frustrato Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)
Helder Adegas Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)
Manuel Löff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)
Maria Fernanda Rolfo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)
Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)
Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)
Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rolfo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices: Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceção Garvão, Fernando Sequeira, Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design: Nuno Timóteo

Paginação e pre-impresão: Textype e Ana Rita Charola
Impressão: Rainho & Neves, Lda.

Tiragem: 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-557-5 (volume 1)

Depósito legal: 366 586/13

Lisboa, outubro 2013

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 28/2008, de 10 de julho.

www.parlamento.pt

ÍNDICE GERAL

Introdução	7
Textos (A-E)	11
Índices	1293
Índice de textos	1295
Índice de autores	1303
Índice de entidades	1307
Índice de publicações periódicas	1323
Índice geográfico	1329
Índice onomástico	1339

CIENTISTAS

Designamos por cientistas as personalidades que ao longo dos séculos XIX e XX, em Portugal, estiveram ligadas à prática de atividade científica, inseridos em redes de comunicabilidade institucional, quer em contexto do espaço português (metropole e colónias) quer em contexto internacional. Protagonistas da atividade cultural e científica que se foi desenvolvendo no âmbito das instituições científicas emergentes do impacto do movimento reformista das Luzes setecentistas, das reformas institucionais e científicas do liberalismo português (as do vintismo, as da revolução de setembro e da Regeneração) e da transição destas instituições, e das suas práticas científicas, do último quartel do século XIX para o alvorecer do século XX, marcado simbolicamente pela implantação da República, em 5 de Outubro de 1910.

A primeira nota. Um olhar sobre os cientistas da República, ou do período republicano, não pode ser perspetivada como um corte de tempo abrupto, bem pelo contrário. As gerações de cientistas que se apresentam operantes e ativas em 1910 fizeram toda a sua formação no período anterior e boa parte delas continuou a sua atividade científica pelos anos do Estado Novo, ligadas quer a instituições científicas de ensino, quer a laboratórios, quer a organismos de política científica como a Junta de Educação Nacional (decreto de criação n.º 16 381, de 16 de janeiro de 1929). Assim, entrar nos meandros do caldo cultural e da prática social dos cientistas obriga o historiador a olhar para um território estruturante: instituições científicas em atividade em Lisboa, no Porto e em Coimbra, assim como um olhar rápido para outros espaços, como as colónias em África e na Ásia, se quisermos mencionar coletivamente os cientistas que organizaram o I Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, em Luanda, 1923, no qual discursou, em nome da República, o General Norton de Matos, alto comissário da República e governador-geral de Angola em 18 de julho de 1923 (MATOS, Norton de, Luanda, Imprensa Nacional, 1928) e onde estiveram presentes médicos que já haviam participado no XV Congresso Internacional de Medicina, em Lisboa, em 1906, incluindo alguns formados pela Escola Médica de Goa, como Alberto Correia Germano da Silva (1888-1967) que palestrou sobre a vacina da varíola e sua aplicação em Angola). Teias de um amplo circuito de itinerários de cientistas em ação! Tempo conjuntural para relembra-los os cientistas que se encontravam alocados à secular Escola Médica de Goa, onde imperou durante toda a primeira metade do século XX o nome do médico formado por esta Escola – Indalêncio Froilano de Melo (1887-1955), cientista em permanente atividade nacional e internacional durante anos ininterruptos, participando em áreas de charreia científica da primeira metade do século XX, tais como a medicina, a medicina tropical, as ciências naturais e biológicas e ainda a antropologia, escrevendo em revistas e para sociedades científicas destas configurações disciplinares, emitindo pareceres de política científica e ideológica, sobretudo a partir de 1933. Uma segunda nota de organização. A estrutura militar e a convivência com a parte prática e utilitária dos cientistas que cruzam caminhos de prática científica entre instituições civis e instituições militares, sobretudo no campo da engenharia, da geologia, da cartografia, das ciências coloniais, das expedições terrestres metropolitanas e africanas, da fotografia como campo científico. Normes que tanto surgem ligados à atividade científica militar como à atividade técnico-científica

ou política da sociedade civil, em áreas de ligação como a matemática, as ciências exatas e as ciências naturais ou a medicina, a higiene, a saúde pública e as ciências biológicas.

É fundamental ancorar os cientistas em espaços institucionais e entender as ligações que esses espaços de ciência tiveram no plano internacional em vários registos: congressos, *complexes rendia*, revistas internacionais, missões e viagens institucionais, sociedades e associações científicas internacionais e nacionais.

Em demanda de um repositório informativo acessível a todos os investigadores, selecionamos o suporte do VIII Congresso do Mundo Português, 1940, realizado na Universidade de Coimbra, coordenado cientificamente por Joaquim de Carvalho e disponível na Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra: *Diversas e Comunicações apresentadas ao Congresso da História da Atividade Científica Portuguesa* (VIII Congresso), volumes XII-XIII, Ed. Comissão Executiva dos Centenários, 1940, disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/414> e <http://purl.pt/415>.

Lancemos um olhar retrospectivo a esta última película de um filme de síntese sobre as atividades dos cientistas em Portugal após o último quartel do século XVIII. Uma verdadeira radiografia espacial e temática para a cartografia específica dos cientistas no arco temporal da implantação da República.

Primeira divisão, as cidades com capacidade para atrair cientistas e trabalho científico: Coimbra, a alma mater de longa duração da universidade portuguesa – o complexo de edifícios pombalinos e de renovação científica de prática científica e de ensino, como o Observatório Astronómico, os museus, os gabinetes, os laboratórios, o Teatro Anatómico de Medicina e os espaços adjacentes de farmácia, assim como a função científica e pedagógica do Jardim Botânico, iniciado e idealizado por Avelar Brotero (1798-1873), espaços estruturantes que permitem entender a atividade científica (HENRIQUES, Júlio Augusto, 1838-1928).

Em Lisboa, temos diferentes espaços urbanos: a Colina da Ciência, sob o signo do impacto da Politécnica e dos Museu de História Natural, estendendo-se até ao complexo científico da Academia das Ciências de Lisboa – Instituto Geológico, partes meias com a imponente sede do jornal *O Século*, sempre aberto à colaboração de cientistas e a divulgar atividades científicas ligadas a diferentes instituições nacionais e internacionais; registre-se também a Colina da Saúde e da Medicina, ou a atração de cientistas médicos para o epicentro do Campo dos Mártires da Pátria, e ainda a urbe lisboeta do Eixo da Ciência Colonial, nos espaços adjacentes da memória dos Descobrimentos, entre o eixo da Junqueira e de Belém: Jardim Colonial, Hospital Colonial, Escola de Medicina Tropical, Escola Colonial – instituições emergentes nas vésperas da República que tiveram várias gerações que nelas trabalharam em áreas ligadas ao estudo científico das colónias durante todo o período republicano e durante o Estado Novo, com algumas adaptações ao nível das designações oficiais. Fica-nos ainda nesta cartografia de guia científico de Lisboa a Tapada da Ajuda (na sombra do Museu de História Natural da Ajuda) o espaço da agronomia e o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: eixo de Alcântara (1888), embrião da criação do Instituto Superior Técnico, graças à atividade e ao dinamismo de Alfredo Bensaúde (1856-1941) que viria a criar o Instituto (1911) de acordo com o modelo alemão, no qual a Engenharia convivia com a Geologia, a Matemática, a Física, a Química e a Biologia, o que significa trabalho cruzado entre diferentes cientistas.

O Porto surge como o cadinho da atividade científica da sua Academia Politécnica, antigo espaço da Academia Real de Marinha e Comércio do Douro, e as suas múltiplas atividades de cientistas ligados à Química, diretamente centrada na figura de Ferreira da Silva (1876-1923), à Astronomia e a Matemática, com o *ex-libris* inicial de Francisco Gomes Teixeira (1851-1933) ou aos espaços de estudos marítimos dirigidos por Augusto Nobre (1865-1946) no Instituto de Zoologia da Universidade do Porto, onde desenvolveu estudos na área dos moluscos e dos mariscos, de coleções de conchas marítimas, tendo fundado os *Anais das Ciências Naturais. Revista de História Natural, Agricultura, Piscicultura e Pesca Marinha*.

Caracterizar o perfil coletivo dos cientistas pelos espaços nacionais – Lisboa, Porto e Coimbra – permite associarmos a sua atividade científica à prática comemorativa das ciências, a partir das instituições em que se encontram inseridos, construindo identidades. Uma imagem de marca da sua produção – construção de memória coletiva de instituições científicas do Portugal contemporâneo, desde o centenário comemorativo da reforma pombalina da Universidade de Coimbra, levada a cabo na universidade em 1872, pelo seu reitor Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), homem formado pela Escola Politécnica de Lisboa e seu primeiro lente de Química. A título de referência fixemos o ciclo comemorativo dos 100 anos da instalação da Escola Politécnica de Lisboa e as respetivas comemorações em 1937, levadas a cabo pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; a comemoração da instalação definida dos estudos universitários em Coimbra, 1537-1937, número especial da revista *O Instituto*, acessível a partir da Biblioteca Digital da U. C. (<http://almamater.ucp.pt>) ou ainda o ciclo comemorativo do I Centenário da Academia Politécnica do Porto (1937), sob a batuta da figura emblemática dos arquivos do Porto – Artur de Magalhães, *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*, Porto (1937). Recentemente, o I Centenário da Universidade de Lisboa (1911-2011) permite igualmente acesso virtual a um conjunto de biografias de cientistas que, desde os tempos da Politécnica de Lisboa do liberalismo oitocentista, se cruzaram ao longo dos séculos XIX e XX pelo antigo edifício (histórico) do Noviciado da Cotovia, na direção Rato – Academia das Ciências de Lisboa (<http://memorial.uclp.pt>).

Neste deambular de locais para encontrar referências ao binómio cientistas/instituições nas cidades portuguesas, centramo-nos em 1940 e regressivamente construímos um conjunto de referências de gerações culturais de áreas de saberes.

Fixemo-nos nessa data de centenários de Estado Novo para observar cientistas em ação que emergiram no dealbar da República, tendo boa parte deles recebido formação científica e, por vezes, laboratorial nas instituições do último quartel do século XIX português, o que nos permite interrogar sobre o significado de conceitos de continuidade e de impacto de ruturas políticas, nas permanências e/ou descontinuidades científicas da prática da investigação. Nas ciências médicas e bacteriológicas, inserimos desde logo o ponto de início: Instituto Bacteriológico de Lisboa (1892) que tomou a designação de Real Instituto Bacteriológico em 1895; em 1899 muda-se do Hospital de S. José para edifício próprio no Campo de Santana, face a face com a Escola Médica de Lisboa, tomando o nome do seu mecenaz científico – Luís de Câmara Pestana (1863-1899) – passando a designar-se Instituto Bacteriológico Câmara Pestana. O Instituto foi incorporado na Universidade de Lisboa (1911) e constituiu um espaço

de ciência e de investigação biomédica de singular importância no panorama cultural e científico português, tendo havido cruzamentos científicos e de redes de investigação entre os protagonistas (e fazedores de memória) das ciências biomédicas e bacteriológicas, como a narrativa celebrativa de 1940 informa, na qual aparece várias vezes o nome de Ricardo Jorge que já não esteve presente, uma vez que morreu em 1939.

Nestas áreas de disciplinas falamos de J. G. Bertencourt Ferreira (1895-?) que, após concluir o curso de Medicina da Escola Médica de Lisboa, estudou em Bruxelas, por volta de 1908; de Mark Athias (1875-1946) – um dos expoentes da investigação de bancada de laboratório – com formação na Escola Médica de Lisboa em 1905, após concluído o curso de Medicina na Faculdade de Medicina de Paris, em 1897; Antero F. de Seabra, que frequentou em Paris, entre 1894 e 1897, a Sorbonne e a Escola Prática dos Altos Estudos; de A. P. Celestino da Costa (1884-1956), diplomado em 1905 pela Escola Médica de Lisboa, realizou estágios de laboratório em diversas instituições estrangeiras, como sejam o Anatomisch-Biologisches Institut, da Universidade de Berlim, em 1906-1907, e o Hygienisches Institut, também da Universidade de Berlim, em 1908; de Alberto Carlos G. da Silva Correia (1888-1967), da Faculdade de Medicina do Porto (conclusão em 1911) e formação complementar pela Escola de Medicina Tropical de Lisboa; de referir ainda o curso de Especialização Antropológica da Ecole d'Anthropologie de Paris. Luís de Pina (1901-1972) de formação médica, que em 1930 partiu para o estrangeiro para estudar em França (nas universidades de Tolosa e de Paris) Antropologia e Anatomia Comparativa, e na Polónia, concretamente em Varsóvia, Antropologia e Anatomia Comparativa.

Ainda sob a formação científica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, analisamos a presença no universo dos cientistas em Portugal as figuras de Henrique J. de Vilhena, de A. Silva Carvalho (1861-1957), de José L. Dias que, formado em Medicina pela Universidade de Coimbra em 1923, frequentou os hospitais Hotel Dieu e Charité, em Paris, no ano de 1925, especializando-se em Radiologia; de Augusto de Esaguy (1899-1961) que frequentou as Faculdades de Medicina de Lisboa e de Paris; de Luís Figueira (1894-1969) que cursou Medicina Sanitária e Malaria em no Instituto de Medicina Tropical, de Hamburgo, e na Scuola Superiore di Malariologia, de Roma, figura cimeira do Instituto Bacteriológico, havendo publicado em 1942 um balanço sobre o assunto: *Nota sobre o estado da investigação bacteriológica no Instituto Bacteriológico Câmara Pastana*.

Não podemos deixar de voltar a referenciar a figura do médico do império colonial, de Goa até Lisboa, Indalêncio Froilano de Melo, que permite ter uma visão abrangente da República para o Estado Novo, da ciência até ao Parlamento, de Goa até ao resto do império, sob a batuta da prática e de uma atividade científica: Medicina e áreas afins.

Ainda seguindo a linha informativa de 1940, fixemo-nos nas ciências físico-químicas e matemáticas. Um verdadeiro rol de cientistas que atravessaram as três primeiras décadas do século XX português.

Belisário Pimenta (1879-1969), Aquiles Machado (1862-1942), Pedro José da Cunha (1867-1945), Henrique Pires Monteiro (1882-1958), Álvaro Rodrigues Machado (1879-1946), José Vicente Gonçalves (1896-1985), Diogo Pacheco de Amorim (1888-1876), Mário Augusto da Silva (1901-1977), Herculano Amorim Ferreira (1895-1974)

e Branca Edmée Marques (1899-1986), Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo (1866-1952) findaram ou aprofundaram a sua formação académica durante a I República.

São exemplificativos os casos de Pedro J. da Cunha que, tendo concluído em 1888 o Curso Geral da Escola Politécnica de Lisboa e, em 1891, o Curso de Engenharia Militar da Escola do Exército, obteve o grau de Doutor em 1913 e ainda de Herculano Amorim Ferreira, que se licenciou em Ciências na Universidade de Lisboa, em 1923, e se doutorou apenas em 1930. Mário Silva, entre 1918 e 1922, licenciou-se e doutorou-se na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, e em 1925 iniciou um outro doutoramento, tendo concluído em 1928; Branca Edmée, por seu lado, licenciou-se em 1925 em Ciências Físico-Químicas na Faculdade de Ciências de Lisboa, em 1931 estagiou no Instituto do Rádio de Paris, tendo obtido o grau de doutora pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, em 1935.

No campo específico da Matemática são de salientar três personalidades que atravessaram as três primeiras décadas portuguesas em contexto internacional. Rodolfo Guimarães (1866-1918) tornou-se no símbolo internacional da História da Matemática em Portugal, uma referência da produção científica da historiografia matemática. Figura de prestígio ao serviço do Estado, colaborou com o mais bem sucedido editor português na viragem do século XIX: David Corazzi, *Biblioteca do Povo e das Escolas*. Preparou a edição de *Les Mathématiques au Portugal (1909)* e *Les Mathématiques au Portugal: apêndice II*, (1911), esta última edição explicando que se tratava de um «Extrait de O Instituto» de Coimbra, em 1911, por R. G., «capitaine du génie, membre correspondant des Académies des Sciences de Lisbonne, Madrid, Barcelone et Montpellier de l'Institut de Coimbra, des Sociétés de topographie de France, des Sociétés scientifiques argentine "Alzate", du Mexique». Francisco Gomes Teixeira (1885-1933) pertence à geração dos historiadores da Matemática do início do século XX português, ao nível da divulgação da cultura científica, mediada pela Academia das Ciências de Lisboa. Refira-se a *História das Matemáticas em Portugal. Lições proferidas de 12 a 19 de abril de 1932*, publicadas pela Academia das Ciências – Biblioteca de Altos Estudos, em Lisboa, no ano de 1934. Pedro José da Cunha (1920-1995), matemático, membro da Academia das Ciências, professor da Faculdade de Ciências – Universidade de Lisboa, encarrega-se de apresentar o *Bosquejo histórico das matemáticas em Portugal (1929)*, publicação oficial com a cruz de Cristo como símbolo nacional, como a imagem tres evidencia. E, finalmente, Pedro José da Cunha cruzou-se com estes dois prestigiados matemáticos em vários contextos institucionais, como a Sociedade de Geografia de Lisboa ou a Academia das Ciências.

Um último contributo para a geração de cientistas: os geólogos, geração de gente ativa em vários domínios – a Arqueologia, a Antropologia, a Geologia, a Fotografia, a Engenharia. Personalidades que prestaram serviço público em variados organismos do Estado do final da Monarquia e da República, na metrópole e nas colónias, e obtido a sua formação no âmbito da formação política ou de instituições militares, em Portugal. E na segunda metade do século XIX, em 1857 que se constitui oficialmente a Comissão dos Trabalhos Geológicos, criada por decreto real de dezembro logo na entrada da Regeneração 1852. À frente deste organismo ficam Carlos Ribeiro (1813-1882), engenheiro pela Escola Politécnica do Porto, inspetor superior de Minas, e Pereira da Costa (1809-1889), graduado em Medicina pela Universidade de Coimbra,

lente de Geologia e Mineralogia na Escola Politécnica de Lisboa. Como adjunto foi nomeado o engenheiro Nery Delgado (1835-1908), autor de uma importante obra sobre a geologia portuguesa, que, mais tarde viria a ser nomeado para a chefia deste organismo. Perfis de formação e de atuação científica característicos da época, sendo membros ativos da Academia das Ciências de Lisboa e, no último quartel, figuras que atravessam o ambiente científico e publicista da Sociedade de Geografia de Lisboa e que se encontram em redes de trabalho com várias áreas em que a jovem ciência da geologia deve, e pode, intervir, nas minas ou noutra cuncho aparentemente distanciado como a arqueologia pré-histórica. É neste contexto que em 1880, em Lisboa, Carlos Ribeiro é anfitrião científico do Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie pré-historigues, tendo feito o discurso inaugural na qualidade de secretário-geral do congresso. Aliás Carlos Ribeiro foi personagem-chave da geologia em congressos e figura de deambulações internacionais em outras geografias de congressos. Registe-se a sua presença, anteriormente, em 1872 na 6.ª sessão do Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie pré-historigues, Bruxelles, ou em 1878 no Congrès de Paris, Association Française pour l'avancement des Sciences.

Entende-se, pela sequência das datas, que o ano especial de 1880, para Portugal, foi convenientemente preparado por este geólogo de exceção para atrair a Lisboa a comunidade científica internacional da Geologia e da Arqueologia. Aspectos importantes deste perfil encontram-se relevantemente abordados por Joaquim Nery Delgado (1835-1908). *Elogio histórico do General Carlos Ribeiro*, Lisboa, editado pela oficial Imprensa Nacional, em 1905; Nery Delgado é outra das personalidades que muito contribuiu para a relevância da Geologia em Portugal, contando com inúmeras colaborações na publicações da Comissão de Trabalhos Geológicos. Três personalidades que estruturaram institucionalmente a instituição geológica em Portugal e a quem se deve a estruturação da atividade científica no Portugal do século XX. Segundo Teresa Salomé Mota (2009), «No início do século XX, e em especial após a morte de Nery Delgado, os Serviços Geológicos de Portugal (SGP) tinham dificuldades em desenvolver uma atividade geológica consistente e significativa. Tal circunstância influenciou, em parte, a difícil situação atravessada pelo setor mineiro português. Na tentativa de inverter este estado de coisas, o Estado Novo criou, em 1939, o Serviço de Fomento Mineiro (SFM). Na década de 1940, os engenheiros de minas do SFM defenderam a utilização de métodos geofísicos na prospeção de depósitos minerais. Depois de ter adquirido à Suécia uma aparelhagem sísmica, o SFM desenvolveu trabalhos de prospeção na região do vale diápirico das Caldas da Rainha. Esse trabalho foi acompanhado pelo geólogo dos SGP, Georges Zbyszewski (1909-1999). A tese defendida no presente trabalho é a de que a atividade desenvolvida por Zbyszewski, conjugada com outros fatores, intrínsecos e extrínsecos aos SGP, terá contribuído para alterar o estatuto dos geólogos e da Geologia em Portugal, com destaque para a situação nos próprios SGP» (MOTA, 2009, 131).

A ligação entre cientistas e a República pode significar marcar encontro com um conjunto muito diversidade de formações científicas e entrar na rede nacional e internacional das instituições científicas existente em Portugal, desde o final do século XIX até ao Estado Novo em vésperas da II Guerra Mundial (1940). Um painel diversificado de gente que se encontrava já operante e dinâmica na altura da implantação da Repu-

blica tendo, maioritariamente, um perfil comum: formação académica nacional, missões oficiais, científicas ou de representação do Estado no estrangeiro (com estatuto de bolseiro, de viagem de estudo, de participante em congressos internacionais ou preparando material científico para exposições universais ou internacionais). Deste modo davam continuidade e alargamento à formação base, inserindo estes complementos científicos na prática profissional das instituições em que se encontravam, ou ampliando a rede de relações das sociedades e associações científicas portuguesas, europeias e americanas a que pertenciam e nas quais participavam com regularidade. Entrar no universo da ciência – prática de cientista – significava, de facto, ter um cunho internacional, dado que a Ciência, como conceito, foi entendida, por estas gerações de protogonistas, como conhecimento que ultrapassava as fronteiras nacionais ou o território da «Pátria» Republicana ou de Estado Novo; uma ciência, além-fronteiras em rede e em ambiente de diferentes mecanismos de sociabilidade científica internacional.

Bibliografia: *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal no século XV*. Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Tomos I, II e III, 1989; LOPES, Quintino Manuel Junqueira, *Portugal 1940. A internacionalização dos cientistas do VIII Congresso do Mundo Português*, Tese de mestrado de Estudos Históricos Europeus (Orientadora Maria de Fátima Nunes), Universidade de Évora, 2010; MOTA, Teresa Salomé. «Os olhos da Geologia, o discurso dos engenheiros e o saber dos geólogos: o início da utilização de métodos geofísicos na prospeção de recursos minerais em Portugal», *Comunicações Geológicas*, 2009, Tomo 96, p. 129-142.

[Maria de Fátima Nunes]

CINCO DE OUTUBRO

Ao fim de mais de 30 horas de fogo aberto entre os núcleos revolucionários estacionados na Rotunda do Marques, em Alcântara e em barcos no Tejo, e as forças fiéis à Monarquia, instaladas entre o Rossio, o Jardim do Torel e as cercanias do Quartel do Carmo, a República era proclamada a varanda da Câmara Municipal de Lisboa, o Município que tinha sido conquistado pelos republicanos nos dois últimos anos do anterior regime. Segundo José Relvas, um dos membros do comité revolucionário e do diretório do Partido Republicano, às nove horas da manhã de 5 de Outubro «A Praça do Município regorgitava, cheia pela multidão que ali acorrera logo depois de pacificada pela confraternização do Rossio». Muitas unidades que se tinham mantido fiéis à Monarquia e tinham combatido os revoltosos republicanos aderiram à Revolução. De entre todas, só a bateria de Queluz, comandada por Paiva Couceiro mantinha uma atitude de resistência em defesa da Monarquia. Ainda segundo as *Memórias de José Relvas* «O Terror era imenso. No Tejo as descargas dos canhões dos navios *Adamaster* e *S. Rafael* impuseram silêncio às metralhadoras do Rossio». A Lisboa monárquica rendia-se ao reduto da Rotunda – pouco numeroso e armado –, a marinhagem estacionada no Quartel de Marinheiros de Alcântara e ao cerco naval montado no Tejo. Sempre assim fora e havia de ser durante os movimentos